

# A influência do discurso neoconservador na política externa americana e suas consequências

*The influence of neoconservative discourse on the American foreign policy and its consequences*

Lucas Amaral Batista Leite

## Resumo

A eleição do ex-presidente George W. Bush representou uma mudança na política externa dos EUA. Sob a influência dos neoconservadores, foram formuladas diversas políticas de projeção do poder estadunidense no sistema internacional, que culminaram com eventos como a invasão do Afeganistão e a Guerra do Iraque. Os ataques terroristas no “11 de setembro” e a construção da doutrina Bush serviram como justificativa e publicidade desses novos discursos, pautados na posição neoconservadora.

**Palavras-chave:** Neoconservadores; Estados Unidos da América; Guerra ao terror; George W. Bush; Discurso.

Os ataques terroristas sofridos pelos Estados Unidos em 11 de setembro de 2001 deram início a uma nova jornada estadunidense no sistema internacional. A invasão do Afeganistão justificada pela busca dos responsáveis pela destruição das Torres Gêmeas – a Al Qaeda e seu líder, Osama Bin Laden – e a deposição de Saddam Hussein do governo iraquiano representaram uma nova forma de fazer política para o então presidente estadunidense, George W. Bush.

Atacado dentro de seu próprio território e supostamente sem nenhuma intervenção ou alarme pelos órgãos de inteligência, os EUA não hesitaram em claramente classificar os ataques como atos de guerra que, como tais, deveriam ter uma resposta à altura, ou seja, com um contra-ataque.

Para se entender como foi construída a doutrina Bush e quais as consequências da resposta ao 11/9,<sup>1</sup> é necessário apresentar um histórico de como o ex-presidente Bush chegou ao poder e, a partir de então, compreender como os neoconservadores do Partido Republicano influenciaram a formulação da política externa desse governo. Mais ainda, procuraremos assinalar quem são os neoconservadores e quais seus pressupostos. Por fim, partiremos para uma análise da doutrina Bush a partir das considerações apresentadas anteriormente.

Neste trabalho ainda abordaremos as construções discursivas<sup>2</sup> relacionadas à “guerra ao terror”, os conceitos de Estados fracos e falidos e a influência da teoria da paz democrática sobre o pensamento dos neoconservadores. Essas colocações estão intimamente ligadas à forma como os neoconservadores enxergam o mundo, por isso sua conexão com a própria doutrina Bush.

## A eleição de Bush

A eleição presidencial de 2000, em que George W. Bush se elegeu, foi marcada por uma grande discussão acerca dos mecanismos eleitorais estadunidenses e de enorme polêmica sobre a legitimidade de sua vitória.

No início das campanhas eleitorais, as primeiras pesquisas mostravam boa vantagem do candidato democrata sobre o então governador do Texas, George W. Bush, “descrito como inexperiente, de passado conturbado por seus problemas com álcool e empresariais, simplório, de estilo agressivo” (PECEQUILO,

1. “11/9” se tornou uma forma de expressar os atentados terroristas de 11 de setembro. Há mais que uma mera data, mas a formação de um termo que nos EUA é chamado de “nine-eleven” (9/11).

2. Neste trabalho, o discurso é considerado como forma de atuação política, construído por meio de relações sociais e de poder. Uma construção discursiva deve sempre ser analisada de acordo com seu contexto, as condições de produção e recepção, ou seja, quem o produz e quem o recebe. Nesse sentido, a formulação de novas políticas pelo governo Bush representa a construção de um novo discurso, que adotará novos termos e pressupostos. Esse será o objeto deste estudo. Para compreender essas formulações discursivas, sugere-se a leitura das obras de Norman Fairclough, Lene Hansen, David Campbell e Teun A. van Dijk.

2005, p. 362). Era, portanto, pouco apto a suceder Bill Clinton, que, a despeito de seu caso extraconjugal,<sup>3</sup> foi considerado popular e carismático, “com muitos eleitores afirmando que, se possível, o reconduziriam à Casa Branca para um terceiro mandato” (PECEQUILO, 2005, p. 363). Clinton deixava a presidência com a economia saneada, excedente orçamentário, o menor índice de desemprego desde 1950, a menor inflação desde o pós-guerra e uma maior tolerância para com temas polêmicos como o aborto, minorias sexuais e imigração (FUENTES, 2004).

Al Gore, candidato democrata à presidência, adotou um discurso de manutenção das políticas interna e externa do governo anterior, exaltando as conquistas econômicas obtidas e a necessidade de se formular uma nova agenda em que temas como o meio ambiente e os direitos humanos teriam maior importância. Além disso, “era associado a uma sólida imagem familiar e de competência legislativa e administrativa” (PECEQUILO, 2005, p. 362).

Os democratas, confiantes nos índices econômicos apresentados pelo governo de Clinton e na superioridade de seu candidato, subestimaram o republicano George W. Bush e continuaram com o mesmo discurso durante boa parte da campanha. Isso, contudo, não agradou ao eleitorado, que considerou Al Gore pouco carismático e enfadonho. De outro lado, os republicanos apelaram para um discurso diferente, em que era enfatizada a necessidade de se moralizar a América. O público conservador prontamente se identificou com o discurso de necessidade de revisão de valores e práticas promovidas pelo governo democrata. Discussões sobre aborto, união civil homossexual, políticas de imigração e posse de armas foram retomadas, o que ocupou o vazio do discurso democrata, baseado nas mesmas premissas que pouco atraíam o eleitorado. O discurso em relação ao campo externo foi marcado por uma necessidade de se retomar o espaço perdido pela fraqueza do governo democrata. Instituições e tratados internacionais não poderiam se tornar um empecilho para a grandeza da América unipolar (PECEQUILO, 2005).

De acordo com Pecequilo (2005), “para o público, ambas as agendas, doméstica e internacional, pareciam ocupar espaços que os democratas não observaram” (p. 366). A abrangência do discurso republicano e seu apelo a questões polêmicas ou não abordadas pelos democratas acarretaram o equilíbrio do eleitorado. A movimentação dos indecisos em apoiar os republicanos ou os independentes marcou o fim da eleição e resultou num impasse político.

O sistema eleitoral americano é marcado por uma divisão entre votos populares e votos colegiados. Ganhar pela maioria dos votos populares não significa necessariamente a vitória na eleição, que só é garantida se forem obtidos pelo

3. Os neoconservadores foram os principais responsáveis pela tentativa de *impeachment* do presidente Clinton, quando foi divulgado seu caso extraconjugal com a secretária Monica Lewinski.

menos 270 dos 538 votos dos delegados.<sup>4</sup> Bush venceu pelos votos dos delegados, mas perdeu nos votos populares. A vitória do candidato republicano foi contestada por alegações dos democratas de que a eleição no Estado da Flórida<sup>5</sup> fora marcada por fraudes e irregularidades. O apelo à Suprema Corte Federal, no entanto, não foi atendido e a recontagem dos votos do Estado foi negada.

Bush não tardaria a deixar de lado a imagem de conservador moderado e colocar em prática um governo muito diferente do seu predecessor. A nomeação dos principais cargos ligados à defesa, relações exteriores e economia mostraria o caráter de sua gestão. Nomes ligados à indústria militar e ao setor energético como Dick Cheney e Condoleezza Rice são alguns dos exemplos. Cheney, vice-presidente da chapa republicana eleita, havia sido vice-presidente da Halliburton, empresa do setor energético. Rice já havia participado “do governo Bush pai e também de empresas de exploração de petróleo” (PECEQUILO, 2005, p. 369). Donald Rumsfeld, nomeado secretário de Defesa, atuava no setor de defesa e já havia ocupado outros cargos nos governos de Reagan e Bush pai.

### A ascensão neoconservadora

Para se entender a construção da política no governo Bush, é necessário analisar primeiramente como os neoconservadores surgiram e desenvolveram suas ideias. Os neoconservadores

têm suas origens políticas numa facção mais ativista do Partido Democrata durante a Guerra Fria. Durante a década de 1970, a corrente rompeu com o Partido Democrata, sendo fundamental na formação da ‘nova direita’, que conquistou o Partido Republicano a partir dos primórdios do governo Reagan. (CHAVES, 2009, p. 2)

Esse grupo político teve grande influência na formulação de políticas do governo Reagan. Na Guerra Fria, a construção da ameaça era sobre um Estado, a União Soviética. O contexto era, portanto, distinto do atual, o que facilitou a delimitação do inimigo e a construção de um discurso que o caracterizasse como tal. Na verdade, a noção de segurança já era baseada na construção da hegemonia americana. Enquanto existisse a ameaça soviética, não existiria a possibilidade de um mundo pacífico. Somente com a vitória estadunidense seria possível pensar um mundo livre do iminente perigo representado pelas forças soviéticas.

Essa relação era construída partindo do princípio de que somente os Estados Unidos, com seus princípios liberais e propagadores da democracia, poderiam guiar os outros Estados “livres” – considerados democracias liberais – na luta contra o comunismo e sua ideologia totalitária. Já nessa época, os neoconservadores

4. Cada Estado americano soma uma determinada quantia de delegados à contagem universal de votos. Quando um candidato ganha pelo voto popular em um determinado Estado, ele leva todos os votos colegiados.

5. O governador da Flórida era Jeb Bush, irmão de George W. Bush.

expunham um discurso de nação privilegiada, destinada a liderar as outras nações em direção a um mundo livre, democrático e seguro.

Reagan ignorava o bom senso diplomático convencional e supersimplificava as qualidades americanas, na tentativa de realizar sua auto-missão de convencer o povo americano de que o conflito ideológico Leste-Oeste tinha importância e algumas batalhas internacionais tratavam de vencedores e perdedores, não de permanência ou diplomacia. (KISSINGER, 2001, p. 839)

A influência neoconservadora acarretou um acirramento das tensões entre os EUA e a URSS no período Reagan. A negação de um diálogo contundente fez com que o arsenal nuclear das duas potências aumentasse proporcionalmente à ameaça considerada. Ao contrário de outros ex-presidentes americanos, Reagan optou por um discurso mais rígido e menos conciliador, sendo o criador da ideia de se construir um escudo antimíssil na Europa, também conhecido como o projeto “Guerra nas Estrelas”.

O fim da Guerra fria representou uma mudança no discurso dos neoconservadores:

[A] característica internacionalista do neoconservadorismo fica evidente quando se examinam as discussões que se estruturavam na década de 1990 acerca de qual deveria ser o papel dos Estados Unidos após o fim da Guerra Fria. Enquanto muitos grupos defendiam uma redução significativa na presença internacional dos Estados Unidos, a resposta neoconservadora era que o momento deveria ser aproveitado para avançar os interesses e os princípios norte-americanos ao redor do globo. (TEIXEIRA, 2007, p. 83)

Os neoconservadores não são um grupo coeso. Pelo contrário, existem alguns mais radicais e outros mais moderados. Para efeitos de simplificação, trataremos o grupo nos pontos em que há concordância geral em relação aos cursos de ação e à forma como os discursos são construídos.

O pensamento neoconservador caracteriza-se hoje por uma necessidade de supremacia dos Estados Unidos numa estrutura unipolar de distribuição de poder no sistema internacional. Esse pensamento é corroborado por uma grande ênfase na necessidade de ampliação e constante modernização das Forças Armadas, bem como sua atuação na preservação da posição americana frente a outros Estados:

A centralidade do poder militar no pensamento neoconservador só pode ser entendida a partir da compreensão de como ele relaciona-se com o uso da força como instrumento nas relações internacionais. Dessa forma, se para o pensamento liberal, as leis e as instituições devem garantir a ordem, sendo o uso da força considerado apenas como *ultima ratio*, para o pensamento neoconservador a mesma encontra-se em um patamar mais elevado na lista de prioridades. (TEIXEIRA, 2007, p. 93, grifo do autor)

Pela confiança em seu poderio militar e por se julgar capaz de tomar atitudes de forma unilateral, essa corrente não leva em conta possíveis sanções providas

de instituições internacionais, nem o diálogo multilateral como forma de equacionar conflitos. Dessa forma,

a crítica dos neoconservadores às organizações internacionais tornar-se-ia ainda mais aguda após o final da Guerra Fria, a partir de três argumentos principais: uma alegada falta de legitimidade por parte de tais organizações, os eventuais entraves colocados para uma atuação internacional norte-americana mais contundente, e a percepção de que muitos organismos internacionais servem de fórum para países hostis aos Estados Unidos. (TEIXEIRA, 2007, p. 85)

Os neoconservadores constroem seus discursos numa base maniqueísta de polarização entre a sua posição e a de seu antagonista. Por isso, ao advogarem pela democracia, necessidade de respeito à dignidade humana, expansão da liberdade para outros povos e por um regime econômico fortemente liberal (com a menor intervenção do Estado possível), os neoconservadores fazem um contraste com termos como tirania, despotismo, totalitarismo, desrespeito à dignidade humana, crueldade, maldade e opressão. Esse discurso simplifica a realidade para que o receptor possa fazer de uma maneira mais rápida e clara a leitura do que seria o bom e o mau, o amigo e o inimigo, o que está dentro e o que está fora.

O exemplo de um grupo neoconservador que exerceu enorme influência sobre a doutrina Bush é o PNAC (*Project for the New American Century*).<sup>6</sup> Dentre seus participantes estão alguns dos principais tomadores de decisões do governo Bush em relação às questões de segurança e economia, como Donald Rumsfeld, Paul Wolfowitz e Dick Cheney. Também tiveram influência alguns teóricos como Francis Fukuyama, Robert Kagan e William Kristol. Listam quatro pontos essenciais para que os Estados Unidos ocupem efetivamente sua posição hegemônica: aumentar os gastos com defesa e modernização das Forças Armadas, estreitar relações com países democráticos, promover a causa da liberdade política e econômica e, por fim, aceitar a responsabilidade de construir um sistema internacional que respeite a sua segurança, prosperidade e princípios.<sup>7</sup>

Os neoconservadores adotam o discurso que enfatiza uma constante ameaça externa capaz de prejudicar o povo americano. Por isso, a noção de perigo para legitimar através do discurso os cursos de ação que pretendem assumir. Para os neoconservadores, a guerra é um instrumento para que o mundo se torne um lugar mais seguro e estável e, conseqüentemente, os Estados Unidos garantam sua hegemonia e a ordem no sistema internacional.

Portanto, do ponto de vista dos neoconservadores, os Estados Unidos deveriam assumir definitivamente o papel de “superpotência”, o que conseqüentemente significaria um maior envolvimento nos conflitos internacionais. De acordo com essa visão, sendo a superpotência uma nação com pretensões e interesses em todas as

6. Projeto para o novo século americano.

7. Para lista completa dos membros e das principais ideias: <<http://newamericancentury.org/statementofprinciples.htm>> Acesso em: 22 abr. 2009.

partes do globo, o envolvimento com assuntos externos seria não apenas desejoso, mas necessário. (TEIXEIRA, 2007, p. 83)

Dessa forma, ao entenderem uma ameaça como perigo, optam pela ação preventiva, ou seja, atacar o provável inimigo antes que ele tenha força suficiente para fazê-lo. A premissa é a de que não se pode deixar o inimigo agir livremente, porque isso significaria uma anomalia na ordem pretendida que poderia servir de exemplo para outros Estados, bem como atrair terroristas e desestabilizar todo o sistema. Os Estados Unidos não atacarão apenas se forem atacados, mas evitarão o primeiro ataque do inimigo.

A questão da democracia para os neoconservadores é constantemente trazida à discussão por sua relação com a segurança nacional e do próprio sistema. “Ao longo da história do país, a promoção da democracia tem sido um aspecto decisivo da identidade política dos Estados Unidos e do senso de propósito nacional e também da maneira como os Estados Unidos definem seus interesses” (CHOMSKY, 2009, p. 180). Os neoconservadores consideram que somente Estados democráticos são capazes de manter o sistema internacional estável e pacífico por respeitarem as liberdades individuais e civis.

Os neoconservadores argumentam que a democracia deve ser levada aos povos constringidos por tiranias, para promover a liberdade e as instituições liberais. De acordo com Hobsbawm, “os Estados Unidos mantêm-se prontos, com a necessária combinação de megalomania e messianismo derivada das suas origens revolucionárias” (2007, p. 117). Eles acreditam que o seu modelo de democracia deve ser copiado pelos outros Estados como o ideal de um povo pacífico e comprometido com valores universais, os quais entendem como compartilhados por todos os povos, independentemente dos regimes.

Os Estados Unidos estariam, portanto, fazendo uma boa ação a esses povos quando expurgam o mal do despotismo e da tirania e deixam os indivíduos livres para experimentar o progresso e a estabilidade que surgirão como consequência da instauração da democracia. Nas palavras de Kissinger,

[o] idealismo tradicional americano deve combinar-se com uma avaliação cuidadosa das realidades contemporâneas, de modo a produzir uma definição utilizável dos interesses americanos. No passado, os trabalhos de política externa americana foram inspirados em visões utópicas de algum fim-de-linha histórico, após o qual a harmonia do mundo simplesmente estaria confirmada. (KISSINGER, 2001, p. 917)

Há então uma leitura de que os fins justificam os meios. Um mundo ideal, onde apenas as democracias reinariam e a estabilidade do sistema estaria garantida, seria o fim a ser atingido. A intervenção em outros Estados, a construção de outros atores como inimigos – “bárbaros” e “malignos” – e a guerra preventiva seriam os meios. Os neoconservadores utilizam a intervenção como forma de atingir esse fim, ou seja, partem de pressupostos realistas como a necessidade de garantir sua sobrevivência em primeiro lugar, mesmo que isso signifique a neces-

sidade de conflitos. A guerra seria, portanto, plenamente justificável como forma de obter ordem e estabilidade no sistema.

No caso aqui analisado, os atores podem ser considerados democráticos ou não de acordo com a conveniência de se construir a imagem de amigo ou inimigo. “Realistas afirmam que quando o poder político requer a guerra contra uma democracia, liberais irão redefinir esse Estado como déspota; quando o poder político requer a paz com um estado não democrático, ele irá redefinir esse Estado como uma democracia” (OWEN, 1994, p. 121, tradução nossa).<sup>8</sup> Portanto, um Estado que não necessariamente se enquadre no modelo de democracia pode muito bem ser construído como tal por meio de um discurso que possibilite enxergar pelo menos progressos em relação às instituições democráticas (isso é feito, por exemplo, com aliados estratégicos como Arábia Saudita, Egito e Paquistão).

Com isso, podemos inferir que o conceito de democracia só é aceito pelos neoconservadores quando o Estado em questão lhe serve de alguma forma. A partir desse momento, o discurso sobre este é construído destacando-se valores compartilhados como a estabilidade e a ordem no sistema internacional. A percepção de que um Estado é democrático torna-se fundamental se considerada a máxima de democracias não fazerem guerras contra outras, mas essa definição só se aplica quando os dois lados se enxergam como Estados democráticos.

## Os neoconservadores no pós-11 de setembro

Os ataques terroristas de 11 de setembro foram considerados como o fim da inviolabilidade estadunidense. Até pela sua posição geográfica, os Estados Unidos sempre consideraram seu território inatingível, protegido pela enorme máquina de guerra existente.

As horripilantes atrocidades cometidas em 11 de setembro são algo inteiramente novo em política mundial, não em sua dimensão ou caráter, mas em relação ao alvo atingido. Para os Estados Unidos, é a primeira vez, desde a Guerra de 1812, que o território nacional sofre um ataque, ou mesmo é ameaçado. (CHOMSKY, 2005, p. 12)

O fato de aviões terem sido sequestrados, terem suas rotas alteradas e atingirem símbolos do poderio americano representou uma falha grave do seu serviço de inteligência e a constatação de que o fim da Guerra Fria não significava a ausência de conflitos e uma paz duradoura, garantida pela existência de apenas uma superpotência.<sup>9</sup>

8. Realists claim that when power politics requires war with a democracy, liberals will redefine that state as a despotism; when power politics requires peace with a non-democracy, they will redefine that state as a democracy.

9. Dois aviões atingiram as torres gêmeas do World Trade Center. Um avião atingiu o Pentágono e um último avião caiu em uma floresta em Pittsburgh (acredita-se que seu objetivo era atingir o Capitólio).



Pelo contrário, o surgimento do terrorismo transnacional como nova ameaça alterou a forma como os Estados Unidos enxergavam seus propósitos no sistema internacional. Se antes o discurso neoconservador de um internacionalismo unilateral<sup>10</sup> não tinha tanta legitimidade, os ataques terroristas serviram como justificativa para o começo de uma epopeia imperial.

Toda a operação terrorista foi considerada como ato de guerra e que, como tal, deveria ter uma resposta à altura. Em nenhum momento os Estados Unidos consideraram a possibilidade de conceber os terroristas como criminosos, passíveis de julgamento e punição nos foros adequados. Ao considerar as ações terroristas como atos de guerra, abriram precedente para a intervenção em outros Estados por meio da retomada do discurso<sup>11</sup> de que os Estados fracos e falidos seriam santuários de propagação terrorista.

Quando Osama bin Laden, líder da Al Qaeda, assumiu a autoria dos atentados terroristas, os Estados Unidos exigiram sua entrega pelo Talibã (grupo que controlava o território afegão). Os Talibãs negaram o pedido americano e pouco tempo depois os Estados Unidos invadiam o Afeganistão com o intuito de capturar os líderes da Al Qaeda, em especial Osama bin Laden, e de desarticular a organização terrorista.<sup>12</sup> Para tanto, os EUA alegaram a legitimidade de contra-atacar para garantir sua própria segurança e ainda livrar o povo afegão do jugo tirânico do Talibã.

A intervenção no Afeganistão é colocada não apenas como uma forma de espalhar bons princípios e valores, mas como questão de segurança nacional, portanto, como um ponto-chave na chamada “guerra ao terror”. O discurso não é mais de uma ameaça estatal como nos tempos da Guerra Fria, mas de um inimigo novo, o terrorismo transnacional. O caráter transnacional, ou seja, sem a delimitação estatal, dificulta a previsibilidade de ação e a localização dos terroristas.

É importante notar que “[o] padrão é único e direto: o terror deles contra nós e nossos clientes é o mal supremo, ao passo que o nosso terror contra eles não existe – ou, se existe, é totalmente adequado” (CHOMSKY, 2009, p. 11). Por isso a necessidade de se construir sob um Estado (com território fixo e atingível) a justificativa de patrocínio e acolhida de terroristas como forma de julgá-lo como contrário à democracia, à liberdade e aos valores comuns que os Estados Unidos presumem ser universais.

10. Internacionalismo unilateral é a forma com que os neoconservadores viam a intervenção norte-americana no sistema internacional. Seria o distanciamento de políticas isolacionistas, mas uma atuação que enfatizasse o poderio americano, mesmo que para isso fosse necessário agir sozinho.

11. O governo Clinton criou a categoria de estados fracos e falidos, não no intuito de confronto, mas de equacionamento pela via política (PECEQUILO, 2005).

12. Al Qaeda não seria necessariamente uma rede terrorista internacional, mas um método, um procedimento. Outros grupos terroristas aprenderiam a usar esse método para atingir seus objetivos.

A utilização do termo “guerra ao terror” é mais um eufemismo, como já visto em outros governos estadunidenses no caso da “guerra contra as drogas”. Apesar do discurso de que a guerra ao terrorismo era única e sem precedentes, o governo Reagan já havia usado os mesmos termos, à época referindo-se a objetos diferentes.<sup>13</sup>

O 11 de setembro significou não apenas a percepção de que um novo inimigo deveria ser combatido, mas a expansão dos postulados neoconservadores. O ataque terrorista só constatava seus argumentos de que o antigo governo democrata não havia investido o suficiente em defesa, deixando o território e a população americana vulneráveis à ameaça externa.

As consequências imediatas dos atentados terroristas foram “a declaração imediata de guerra, a convocação de uma ampla aliança nacional e a identificação (e punição) dos responsáveis” (PECEQUILO, 2005, p. 375-376). Logo, os americanos mobilizaram-se em diversas manifestações de repúdio ao acontecido e de um nacionalismo marcado pela emoção e ações patrióticas. Da mesma forma, em todo o mundo houve grande comoção e diversos líderes ligaram à Casa Branca para manifestar seus sentimentos.

A aprovação da operação no Afeganistão contou com um amplo apoio da comunidade internacional. (...) Dado o caráter do 11 de setembro, essa guerra era tida como ‘justa’, sendo um movimento de resposta a um inimigo que atingira e continuava ameaçando os norte-americanos. (PECEQUILO, 2005, p. 384)

Seguiu-se a isso uma enorme aprovação popular do governo Bush, inclusive com mais da metade do país a favor do envio de tropas ao Afeganistão. Além disso, iniciou-se um intenso debate acerca da possibilidade de se restringir liberdades e implantar medidas temporárias de exceção. “Adicionalmente, a CIA e o FBI destacaram a importância do monitoramento de todas as comunicações internas, individuais e públicas, e a ampliação de práticas de investigação” (PECEQUILO, 2005, p. 376).

Foi ainda publicado o “Ato Patriota”, um documento que aumentava o poder dos órgãos federais e a possibilidade de investigação e interrogatório de qualquer indivíduo sem necessidade de justificativa prévia.

A grandiosa estratégia alcança a lei americana doméstica. Como em vários outros países, o governo lançou mão das atrocidades terroristas de 11 de setembro para disciplinar sua própria população. Depois desta data, em geral com questionável ligação com o terrorismo, o governo Bush arrogou-se e exerceu o direito de declarar que pessoas – inclusive cidadãos americanos – são ‘combatentes inimigos’ ou ‘suspeitas de terrorismo’, mantendo-as presas sem acusação nem acesso a advogados ou à família até que a Casa Branca decida que sua ‘guerra ao terrorismo’ foi encerrada com sucesso – em outras palavras, indefinidamente. (CHOMSKY, 2004, p. 32)

13. A União Soviética ainda era o principal inimigo. O terrorismo seria a atuação e patrocínio soviético em outros países.

Mais um órgão foi criado, o Departamento de Segurança Doméstica, com o intuito de empreender ações internas de combate ao terrorismo. Diversas críticas começaram a surgir por abrir “precedentes perigosos, facilitando a tarefa da administração republicana de imprimir em seu viés conservador e criar um Estado policial” (PECEQUILO, 2005, p. 377).

A definição de Estados fracos e falidos novamente entra nesse contexto. O discurso estadunidense foi o de que esses países não tinham mais governos centralizados capazes de manter a ordem interna e o funcionamento de instituições. Esse “caos” institucional facilitaria a entrada de grupos terroristas e insurgentes, que se aproveitariam da fragilidade do Estado para dominá-lo e usá-lo para seus fins. “O problema para os Estados Unidos é que um Estado sem governança pode criar ameaças intoleráveis à segurança na forma de terroristas brandindo ADM”<sup>14</sup> (FUKUYAMA, 2005, p. 129). É essa a justificativa estadunidense para a intervenção nesses Estados, como o Afeganistão. Um teórico neoconservador apresenta uma classificação para esses Estados:

[D]esde o fim da Guerra Fria, os Estados fracos ou falidos passaram a ser o mais importante problema para a ordem internacional (CROCKER, 2003). Esses Estados cometem abusos dos direitos humanos, provocam desastres humanitários, geram grandes ondas de emigração e atacam seus vizinhos. (FUKUYAMA, 2005, p. 123)

No entanto, outra visão (ROTBURG, 2002) considera que esses Estados falharam na provisão de bens públicos básicos aos seus cidadãos, especialmente no que diz respeito à segurança – primeiro bem a ser assegurado e essencial para a legitimidade das ações estatais frente à população. Não se pode delegar a esses Estados uma posição preconcebida de fracasso, como afirma Fukuyama, mas sim resgatar a história e o processo pelo qual um Estado fraco ou falido passou para que chegasse à situação em que se encontra.

No caso afegão, por exemplo, a constante disputa de poder no século passado, após a sua declaração de independência, impediu que qualquer regime estabelecido pudesse criar condições estáveis para o desenvolvimento de instituições sólidas e mantenedoras da ordem.

Pelo contrário, durante a Guerra Fria, o advento da invasão soviética e o consequente armamento dos Mujahadin<sup>15</sup> pelos americanos fizeram com que o caos se instaurasse no país. A divisão de milícias e grupos guerrilheiros após a vitória sobre os soviéticos agravou a situação do Afeganistão, dividindo o país em diversas áreas de influência e controle e iniciando uma sangrenta guerra civil. A situação só se tornou relativamente estável e o país saiu de um conflito generalizado após

14. Armas de destruição em massa.

15. Os Mujahadin são guerrilheiros islâmicos de diversos países, especialmente da Ásia Central, que se juntaram numa única causa: fazer com que a União Soviética se retirasse do Afeganistão. Eles receberam equipamentos, treinamento e armas do governo norte-americano para desestabilizar a ocupação soviética.

a retomada gradual do controle do território afegão pelas forças talibãs, as quais foram saudadas na época como heróicas e salvadoras ao pôr fim ao conflito que perdurou durante tantos anos.

Com esse breve histórico, é possível perceber o porquê da desestabilização do Afeganistão e seu enquadramento como Estado falido. O Talibã pode ter conseguido acabar com os conflitos internos do país, mas instaurou um regime de intolerância e fanatismo. Isso só foi possível pelos constantes vácuos de poder que tiveram origem nos conflitos regionais travados indiretamente entre os Estados Unidos e a União Soviética. Não há como apontar responsáveis diretos pela falência de um Estado, a não ser por períodos muito específicos, uma vez que, como mostrado acima, a desordem é fruto de um longo processo de desestabilização interna. O histórico de conflitos na região e a influência de fundamentalistas islâmicos no período pré-onze de setembro explicam parcialmente a situação em que se encontrava o território afegão antes da invasão estadunidense. Não havia nenhum compartilhamento de valores e interesses pelos Talibãs em relação à comunidade internacional, muito menos em relação aos Estados Unidos. Eles acreditavam que outros valores deveriam guiar a sociedade afegã, diferente da concepção de democracia liberal alegada pelos americanos como modelo ideal e desejado por todos os indivíduos. Não há como fazer a conexão entre os ideais apresentados pelos Estados Unidos e o desejo do povo afegão após a intervenção. A própria concepção de democracia e valores universais é arbitrária, considerando-se as influências ideológicas e identitárias sofridas pelo povo afegão.

## A doutrina Bush e a Guerra do Iraque

Alguns meses após os atentados terroristas de 11 de setembro e a invasão do Afeganistão, o governo estadunidense publicou o que seria conhecido como a doutrina Bush.<sup>16</sup> Por meio do documento intitulado “Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos”,<sup>17</sup> o governo desse país oficializa a possibilidade do uso da guerra preventiva como força de ação política no sistema internacional. A consideração da ameaça seria agora tratada por meio de intervenções diretas, como aconteceu no Afeganistão.

Nas palavras de Hobsbawm (2007), “hoje um regime de direita radical busca mobilizar os ‘verdadeiros americanos’ contra alguma força externa malévola e contra o mundo que não reconhece a singularidade, a superioridade e o destino

16. Assim como em gestões presidenciais anteriores, a designação de uma doutrina significaria toda a formulação de políticas na área externa (principalmente) e interna. No entanto, no caso do governo Bush, o lançamento doutrinário se enquadra na publicação de textos oficiais pela Casa Branca por meio do Conselho de Segurança Nacional. Dois documentos são fundamentais para se entender a doutrina Bush: a “Estratégia de Segurança Nacional” dos anos de 2002 e 2006.

17. *National Security Strategy of the United States*.

manifesto dos Estados Unidos” (p. 52). No entanto, o inimigo não era mais um Estado específico. A denominada “guerra ao terror” implicava uma interpretação genérica do inimigo e de sua duração. “A política atual dos Estados Unidos tenta reviver os terrores apocalípticos da Guerra Fria, quando já não lhe é plausível inventar ‘inimigos’ para legitimar a expansão e o emprego do seu poder global” (HOBSBAWM, 2007, p. 136).

A intervenção em Estados fracos ou falidos como um imperativo para a estabilidade do sistema universal (em que se lê a segurança dos Estados Unidos) foi justificada pelo discurso de que se levaria a democracia e a liberdade aos povos oprimidos. “Tal como ‘Estados terroristas’ e ‘Estados bandidos’, estamos diante de um conceito ‘frustrantemente impreciso’, suscetível de um grande número de interpretações” (CHOMSKY, 2009, p. 126). As guerras preventivas

são apenas uma parte de um esforço supostamente universal de criação de uma nova ordem mundial por meio da ‘disseminação da democracia’. (...) A retórica que envolve essa cruzada implica que tal sistema é aplicável de forma padronizada (ocidental), que pode ter êxito em todos os lugares, que pode remediar os dilemas transnacionais do presente e que pode trazer a paz, em vez de semear a desordem. (HOBSBAWM, 2007, p. 116)

Já nesse documento, “foi lançada uma campanha de propaganda para pintar Saddam Hussein como uma ameaça iminente aos Estados Unidos, insinuando que ele fora responsável pelas atrocidades de 11 de setembro e que planejava outras” (CHOMSKY, 2004, p. 9). A transformação do Iraque no inimigo surgiu dentro do que foi chamado de “Eixo do mal”, cujos membros seriam ainda a Síria, o Irã e a Coreia do Norte. “Tratava-se de um encaminhamento natural da guerra ao terror, segundo o discurso preventivo e um foco essencial, e tradicional, de interesse no Oriente Médio” (PECEQUILO, 2005, p. 402).

A construção desses Estados como abrigos para terroristas, capazes de utilizar armas de destruição em massa para atacar os Estados Unidos e seus aliados foi largamente usada no discurso da “guerra contra o terror”. O apelo a termos que remontam a maldade, tirania e opressão representa uma transformação do discurso em um maniqueísmo declarado. “É necessário criar falsas impressões não apenas dos ‘Grandes Satãs’ da hora, mas também da nobreza ímpar de seus exorcistas. A agressão e o terror, em especial, devem ser descritos como atos de legítima defesa e devotamento a nobres ideais” (CHOMSKY, 2009, p. 121). Os Estados Unidos e seus aliados são tudo aquilo que os outros não são.

A vacuidade dessa política fica clara pela maneira como os objetivos foram descritos em termos de relações públicas. Expressões como ‘eixo do mal’ ou ‘mapa do caminho’ não constituem linhas políticas, e sim simples sons que encerram seu próprio potencial político. A linguagem artificial onipresente que tem inundado o mundo (...) é uma indicação da ausência de uma política efetiva. (HOBSBAWM, 2007, p. 160)

A guerra do Iraque não teve a mesma aceitação pela comunidade internacional como a invasão do Afeganistão. “No campo internacional, o breve multilateralismo da Guerra do Afeganistão rapidamente foi substituído pelo curso agressivo e unilateral” (PECEQUILO, 2005, p. 392). A alegação de que o governo iraquiano tinha armas de destruição em massa e que patrocinava grupos terroristas não era compartilhada pelos organismos internacionais e vários líderes europeus. O conflito não teve legitimidade internacional e a deposição de Saddam Hussein foi construída numa coalizão *ad hoc*, própria para esse fim.

O governo estadunidense adotou o discurso de que Saddam Hussein tinha ligações diretas com a Al Qaeda, o que nunca foi comprovado. Da mesma forma, nunca foram encontradas armas de destruição em massa ou qualquer material bélico destinado a esse fim.

Quando as forças militares que ocupam o Iraque não lograram encontrar as armas de destruição em massa cuja existência supostamente justificava a invasão, a postura do governo mudou. No lugar de uma ‘certeza absoluta’ de que o Iraque possuía WMDs<sup>18</sup> em quantidade que exigia uma ação militar imediata, surgiu a afirmação de que as acusações americanas teriam sido ‘justificadas pela descoberta de equipamento potencialmente capaz de produzir armas’. (CHOMSKY, 2004, p. 19-20)

A despeito do uso de armas químicas pelo governo iraquiano em conflito com os curdos no século passado, nada foi encontrado para que os Estados Unidos pudessem comprovar suas premissas. A inteligência americana teve então que admitir seu erro. Os defensores da guerra do Iraque adotaram o discurso de que Saddam Hussein teria o potencial para produzir tais armas, o que tornava a discussão extremamente subjetiva. Mais uma vez, a questão da ameaça e do perigo é construída por meio do medo do inimigo externo. Para anular essa ameaça, dizem os neoconservadores, a guerra preventiva ainda seria o melhor meio. A segurança dos Estados Unidos é mais importante que a dúvida quando se trata de garantir a sobrevivência no sistema internacional.

Ao mesmo tempo, tanto no Afeganistão como no Iraque, começaram a surgir grupos de insurgência contra a presença dos EUA em seus territórios. Diversos ataques suicidas de cunho fundamentalista mataram milhares de afegãos e iraquianos, instaurando a desordem nos dois Estados.

A intervenção nos dois países, em vez de invocar em suas populações a vontade de mudança nos regimes com a alegação de um novo governo democrático e a chegada da “liberdade”, provocou o contrário. “O modelo de ‘democracia’ que os americanos querem oferecer ao mundo através do Iraque é um não-modelo e não tem relação com o fim proposto” (HOBSBAWM, 2007, p. 159). Os Estados Unidos foram considerados interventores e desrespeitosos em relação à soberania desses Estados. Isso aconteceu principalmente pela pouca atenção dada à des-

---

18. *Weapons of mass destruction* ou ADM, como já citado, armas de destruição em massa.

truição ocorrida e pelos constantes ataques suicidas, que fizeram do Iraque um Estado falido. Não foram construídas instituições capazes de efetivar a reconstrução desses Estados e a presença militar significava uma coerção e um estado de insegurança permanente.

### Considerações finais

Desde 2001, os Estados Unidos passaram por mudanças profundas na maneira como os discursos políticos eram construídos, principalmente no que diz respeito ao campo externo. Com a posse de George W. Bush como presidente, os neoconservadores modificaram a forma como seu país deveria ser visto no cenário internacional e como deveria atuar.

Ao contrário de Clinton, que optou por ações multilaterais num equilíbrio entre isolacionismo e internacionalismo, Bush, sob a tutela dos neoconservadores, adotou a postura de colocar os Estados Unidos como única superpotência capaz de promover valores universais como a liberdade e a dignidade humana.

O PNAC, principal influência neoconservadora no governo Bush, foi responsável por delimitar parte das políticas publicadas na chamada doutrina Bush. Por meio de documentos oficiais, dirigentes e secretários estadunidenses conclamavam o mundo “livre” a uma “cruzada” contra o terrorismo transnacional representado principalmente por Osama bin Laden e seus possíveis aliados. Construiu-se a partir daí a noção de Estados fracos e falidos, que serviriam de arcabouço para práticas terroristas. A intervenção no Afeganistão e a Guerra do Iraque representam exemplos práticos de como os tomadores de decisão estadunidenses viam a necessidade de imposição da força como forma de garantir a segurança e a estabilidade do sistema internacional.

Após duas guerras, no entanto, os Estados Unidos não conseguiram garantir a estabilidade nos dois países, cujos governos são reconhecidos por apenas parte das suas populações. As intervenções unilaterais e a maneira como os Estados Unidos negociaram com as organizações internacionais e antigos aliados fizeram com que se tornassem impopulares e considerados pouco respeitadores às regras e normas internacionais.

As ações estadunidenses resultaram no agravamento dos atentados terroristas em outras partes do mundo.<sup>19</sup> O terrorismo transnacional se mostrou mais difícil de identificar do que o imaginado e as previsões de estabilização dos Estados invadidos não corresponderam à realidade. Além disso, a quantia gasta nos dois conflitos foi recorde, superando os 800 bilhões de dólares.<sup>20</sup> Desde 2001, o cres-

19. Madri e Londres sofreram atentados terroristas em 2004 e 2005 respectivamente. Ambos foram relacionados à Al Qaeda.

20. De acordo com o Center for Arms Control and Non-Proliferation. Disponível em: <[http://www.armscontrolcenter.org/policy/securityspending/articles/historical\\_war\\_costs/](http://www.armscontrolcenter.org/policy/securityspending/articles/historical_war_costs/)> Acesso em: 17 abr. 2009.

cimento da economia estadunidense tem diminuído, enquanto crescem o déficit público e o desemprego. Isso faz questionar o exorbitante valor empregado nos dois conflitos e o que eles realmente trouxeram de positivo em relação à estabilidade do sistema internacional, tanto econômica quanto política.

Fica a dúvida de se os Estados Unidos realmente fizeram um cálculo perfeito do seu poder e quanto dele deveria ser projetado sem que a economia e a própria imagem do país fossem prejudicadas. Talvez a leitura de que as potencialidades econômicas e militares legitimavam suas ações não estivesse correta. Ou os tomadores de decisões do governo Bush subestimaram os países invadidos e a possibilidade de assimilação de seu discurso por povos culturalmente distintos.

A crise econômica do final de 2008, a eleição do democrata Barack Obama (que foi contra a Guerra do Iraque enquanto senador) para a presidência dos Estados Unidos, pautada num discurso conciliatório e multilateralista, e os baixíssimos índices de aprovação do governo Bush poderão servir de parâmetro para responder à questão.

### Abstract

George W. Bush's election represented a new American foreign policy. Under the influence of neoconservatives, several policies of the projection of US power in the international framework were designed, culminating in events such as the Afghanistan invasion and the Iraq War. The terrorist attacks of "September the eleventh" and the Bush Doctrine construction worked as justification and publicity of new discourses, formulated under the neoconservative doctrine.

**Key words:** Neoconservatives; United States of America; War on terror; George W. Bush, Discourse.

### Referências

- CAMPBELL, David. **Writing security:** United States foreign policy and the politics of identity. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1992.
- CHAVES, André d'Almeida. **O pensamento "neoconservador" e a política externa dos Estados Unidos:** a construção da nova ordem internacional. Disponível em: <[http://www.ciari.org/investigacao/o\\_pensamento\\_neoconservador\\_pe\\_eua.pdf](http://www.ciari.org/investigacao/o_pensamento_neoconservador_pe_eua.pdf)> Acesso em: 24 abr. 2009.
- CHOMSKY, Noam. **Estados fracassados.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.
- CHOMSKY, Noam. **11 de setembro.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- CHOMSKY, Noam. **O império americano:** hegemonia ou sobrevivência. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- DJIK, Teun A. van. **Discurso e poder.** São Paulo: Contexto, 2008.



- FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora UnB, 2001.
- FUENTES, Carlos. **Contra Bush**. Rio de Janeiro: Rocco, 2004.
- FUKUYAMA, Francis. **Construção de Estados**. Rio de Janeiro: Rocco, 2005.
- HOBSBAWM, Eric. **Globalização, democracia e terrorismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- KISSINGER, Henry. **A diplomacia das grandes potências**. 3. ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 2001.
- PECEQUILO, Cristina Soreanu. **A política externa dos Estados Unidos**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.
- PROJECT for the New American Century. Disponível em: <<http://newamericancentury.org/index.html>> Acesso em: 15 abr. 2009.
- ROTBERG, Robert I. The new nature of nation-State failure. **The Washington Quarterly**, Washington DC, v. 25, n. 3, p. 85-96, 2002.
- TEIXEIRA, Carlos Gustavo Poggio. Quatro temas fundamentais do pensamento neoconservador em política externa. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 50, p. 80-96, 2007.
- UNITED STATES OF AMERICA. The White House. **The National Security Strategy of the United States of America**. Washington, 2006. Disponível em: <<http://www.strategicstudiesinstitute.army.mil/pdffiles/nss.pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2009.